



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



PROGRAMA DE MONITORIA “HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS”

Prof. Dr. Rodrigo Medina Zagni

Monitores:

Amanda Pires Correia
Renan Alves Vieira

PROCEDIMENTOS E NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

O que é?

A primeira coisa a dizer é que um artigo científico é um instrumento de comunicação dos resultados finais ou parciais de uma pesquisa científica finalizada ou ainda em andamento, assim como uma monografia de conclusão de curso, uma dissertação (de mestrado) ou tese (de doutorado). Ou seja, não há possibilidade de escrever um artigo científico sem que tenha sido realizada uma pesquisa científica, por sua vez, esta deve se debruçar efetivamente sobre um claro questionamento, que chamaremos de “problema de pesquisa”.

O artigo científico, publicado em revista especializada ou anais de eventos acadêmicos, tem ainda o sentido de pôr à prova os saberes ali construídos ou sistematizados uma vez que se torna público à comunidade de pesquisadores de uma mesma área de conhecimento e pode, com isso, ser questionado e mesmo posto à prova.

No caso deste exercício, é algo mais simples uma vez que dá a saber os resultados finais de uma pesquisa elaborada no decurso de um semestre letivo, como trabalho de conclusão da disciplina de História das Relações Internacionais I – História Moderna, ou de História das Relações Internacionais II – História Contemporânea.

Definição do tema:

A escolha do tema de pesquisa para a produção do artigo científico deve amparar-se em três aspectos elementares:

1º. O tema deve estar inserido no recorte cronológico da disciplina de História das Relações Internacionais I – História Moderna (período que se estende do início da transição feudal-capitalista até as vésperas da Revolução Francesa) e, sendo o caso, de História das Relações Internacionais II – História Contemporânea (cobrindo o período que vai da Revolução Francesa ao tempo presente). O balizamento deve ser seguido de acordo com o conteúdo programático das disciplinas, divulgado sempre no início de cada semestre letivo.

2º. Deve haver coerência com o campo dos fenômenos das relações internacionais (que se articulem com a sociedade internacional ou com o sistema internacional). Por exemplo, se o trabalho pretende ocupar-se do processo histórico da Revolução Francesa, devem ser abordados aspectos alusivos aos seus impactos sobre a realidade internacional e não se restringir o foco, exclusivamente, à realidade nacional francesa.

3º. É preciso que o aluno escolha seu tema por afinidade, ou seja, interesse por determinado conteúdo, mesmo porque trabalhará com ele ao longo de todo um semestre.



Elaboração do problema:

Após a escolha do tema é necessário identificar, nele, um problema, ou seja, determinar o objetivo central da pesquisa (que é o de responder à pergunta feita). Dessa forma, a tarefa consiste em problematizar o tema, transformando-o em uma clara pergunta de pesquisa que deve ser feita explicitamente, expondo a questão que se pretende responder com o artigo. Portanto, o objetivo de elaborar o problema de pesquisa é o de especificar o assunto que se pretende abordar, assim como clarificar como será possível responde-lo ao final.

Um critério importante para a definição tanto do tema quanto do problema de pesquisa é o de sua relevância, ou seja, as justificativas tanto acadêmicas quanto sociais que corroborem a importância da pesquisa a ser feita.

Fontes:

Assim que o tema e o problema de pesquisa forem elaborados, é preciso definir efetivamente “o quê” será estudado para que se tente responder à pergunta feita. Quando tratamos deste “o quê”, estamos referindo as “fontes de pesquisa”. O levantamento das fontes é imprescindível, pois é a partir delas que, de forma criteriosa e metodologicamente orientada, se procederá a investigação científica.

Muitos são os tipos de fontes possíveis de serem utilizadas na pesquisa histórica, podendo ser documentos escritos ou não. Dentre documentos escritos temos: papéis governamentais, cartas, contratos, tratados, diários, relatos, textos jornalísticos, transcrição de discursos e até mesmo livros, artigos, dissertações, teses, boletins, jornais e revistas (no caso de termos fontes bibliográficas). Temos ainda fontes visuais, também chamadas de fontes iconográficas, como: fotografia, pinturas, gravuras, histórias em quadrinhos etc., que podem ser ampliadas para a modalidade de fontes audiovisuais como: cinema, rádio e televisão. Há ainda fontes cartográficas como mapas. Fontes de cultura material, tratando-se de objetos tridimensionais os mais diversos como: indumentária, mobiliário, utensílios de trabalho, de uso cotidiano etc. Até mesmo a oralidade constitui-se como fonte, seja ela colhida de um depoente, seja ela obtida de um registro de arquivo audiovisual.

Se não há artigo sem que tenha havido uma pesquisa, e se não há pesquisa sem que haja uma clara pergunta elaborada, não há a menor possibilidade de respondê-la sem que se delimitem claramente quais serão as fontes do investigador.

Contudo, é preciso adiantar que, na pesquisa histórica, para cada tipo de fonte corresponde um determinado tipo de metodologia; logo, deve-se optar por um tipo único de fonte, ou seja, se a fonte é um filme ou um conjunto de filmes de cinema, não é recomendado associar outro tipo de fontes como fotografia, música, livros etc. Isso porque a metodologia para análise fílmica não serve à análise de fontes que não sejam filmes, e a ampliação exagerada do tipo de fontes acabaria inviabilizando a própria pesquisa, uma vez que demandaria ampliar os referenciais metodológicos para a sua análise.

Cabe aqui outro esclarecimento e que se refere a uma comum confusão. Todo texto acadêmico, como no caso os artigos, precisam de uma mínima bibliografia; contudo, não se pode confundir “bibliografia” com “fontes”, ainda que alguns trabalhos recorram a “fontes bibliográficas”. Por exemplo, um trabalho cuja fonte seja os testemunhos orais dos sobreviventes das bombas de Hiroshima e Nagasaki, portanto fontes orais, tem apenas a



oralidade como fonte; mas precisará de uma consistente bibliografia sobre os ataques, sobre a Segunda Guerra Mundial, sobre teorias e métodos em História Oral etc. No entanto, existe sim a possibilidade de uma pesquisa ter como fonte exclusivamente bibliografia, mas para isso é imprescindível a adoção de claros e válidos critérios para a definição das fontes bibliográficas como, por exemplo:

1 – O estudo da abordagem de um tema/problema na obra (vários textos) de um mesmo autor. Exemplo: “a natureza religiosa da Revolução Inglesa na obra de Christopher Hill”, caso em que vários escritos do mesmo autor serão utilizados como fonte primordial para a análise.

2 – O estudo da discussão de um tema/problema na obra de dois autores. Exemplo: “a consolidação da Revolução Industrial na obra Eric Hobsbawm e Edward Thompson”, caso em que textos de ambos os autores serão utilizados como fontes para verificação de pontos de contato e discordâncias entre ambos. É preciso haver coerência na escolha dos autores; no exemplo citado ambos são ingleses, pertencentes a uma mesma escola historiográfica, mas ainda assim com visões distintas.

3 – O estudo da discussão de um tema/problema na obra de autores de tradições teóricas distintas, caso em que textos de um número determinado de autores serão utilizados como fontes para verificação dos pontos de contato e divergências entre as distintas escolas teóricas. Por exemplo: “as causas da Segunda Guerra Mundial segundo autores liberais e realistas”, em que serão utilizados textos de filiados a ambas as concepções a fim de se produzir uma discussão entre eles em torno deste problema central.

4 – É possível utilizar artigos científicos, teses e dissertações como fontes; mas com imenso critério e cuidado, como por exemplo: investigar trabalhos sobre a transição feudal-capitalista nos artigos da *New Left Review*, sobre a Revolução Francesa na Revista dos Annales, pesquisar a produção acadêmica sobre o Mercosul no acervo de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo e outros.

5 – É possível também eleger apenas um texto como fonte, mas com criterioso cuidado para que ao invés de um artigo não seja escrita uma resenha, o que não é o propósito deste trabalho. Justifica-se a eleição de um texto apenas como fonte para casos em que o escrito tenha marcado uma época, uma tradição de pensamento, uma postura política ou ideológica. Requer-se do autor deste texto, portanto, notável envergadura e de seu texto incontável influência.

6 – Por fim, há ainda a possibilidade de definição de uma fonte literária de ficção, caso dos romances ou ensaios literários (cabem também peças de teatro estudadas a partir de seus roteiros, poesias, contos etc.). Neste sentido, importa conceber o texto como uma forma de REPRESENTAR a realidade, jamais como RETRATO FIEL dela. Uma pesquisa cuja fonte seja a peça “A tempestade”, de William Shakespeare, por exemplo, não deve conceber esta fonte como indicativa de como é a realidade de um “paraíso tropical”, mas ir além e enveredar pelas REPRESENTAÇÕES DO MUNDO COLONIAL na obra de William Shakespeare; ou seja, NÃO COMO A REALIDADE É, MAS COMO O AUTOR A REPRESENTOU.

Com isso, é inaceitável, no trabalho de pesquisa aqui proposto, referências genéricas às fontes com expressões do tipo: “as fontes consistirão em livros, artigos, teses e dissertações”. É preciso explicitar quais autores, títulos, tradições ou correntes de pensamento serão tratados com centralidade na pesquisa e, sobretudo, que critérios foram utilizados para a organização das fontes.



Metodologia e métodos:

Uma vez que, com a escolha das fontes, definiu-se “o quê” estudar, o passo seguinte é o de estabelecer o “como estudar”. Esta é a dimensão tanto da “metodologia” quanto do “método”, e todo trabalho de investigação científica só pode ser considerado científico porque é feito de forma metodologicamente orientada.

Trata-se de definir procedimentos, posturas e tipos de abordagens para a análise crítica das fontes.

No entanto, no campo da pesquisa histórica, é preciso claramente distinguir o que são elementos gerais de metodologia da pesquisa científica e o que são, propriamente, os métodos da ciência histórica.

Começemos então pelos **elementos gerais de metodologia da pesquisa científica**.

Em termos de **posturas gerais**, podemos dividir 3 tipos elementares de procedimentos de pesquisa: o Método Dedutivo, o Método Indutivo e o Método Hipotético-Dedutivo.

Método Dedutivo: parte do geral e, a partir dele, pretende a compreensão do fenômeno particular. Com isso, o raciocínio dedutivo opera a partir do silogismo, iniciando-se com a identificação de duas premissas sabidamente verdadeiras (uma geral e outra particular) e, obtida delas, uma conclusão. Exemplo: todo mamífero possui um coração (premissa maior – geral); todos os cães são mamíferos (premissa menor – particular); logo, todos os cães têm um coração (conclusão). Se as duas premissas são reconhecidamente verdadeiras, a conclusão obtida a partir delas também é verdadeira. Este método tem aplicação comum nas áreas da Matemática e da Física, cujos princípios têm a condição de leis estabelecidas; já nas Ciências Sociais e Humanidades seu uso não é tão comum em razão da complexidade de seus objetos e das muitas variáveis que impedem uma rigorosa categorização de algo como puramente “verdadeiro”.

Método Indutivo: a fundamentação do conhecimento é a experiência, sem que para isso tenha-se que recorrer a premissas. Para a análise de um determinado fenômeno, segundo este método, é imperativo estabelecer: 1º circunstâncias e frequência de ocorrência do fenômeno; 2º casos em que o fenômeno não ocorra; 3º casos em que o fenômeno ocorra com intensidade distinta das demais. O objetivo final é o de formular uma hipótese explicativa sobre a causa do fenômeno; por meio da indução, com isso, é possível estabelecer conclusões prováveis.

Método Hipotético-Dedutivo: estabelece como esquema investigativo a consecução: problema -> hipóteses -> dedução de consequências observadas -> tentativa de falseamento -> corroboração. Quando os conhecimentos disponíveis sobre um determinado assunto são insuficientes para explicar um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar o problema, são formuladas hipóteses; destas deduzem-se consequências que deverão ser testadas e, a partir desses testes, validadas ou invalidadas.

Com relação à **abordagem**, a pesquisa pode ser Qualitativa ou Quantitativa.

A Pesquisa Qualitativa se ocupa da análise de uma determinada instituição, organização, sistema ou grupo social. A abordagem qualitativa, como o sua própria designação indica, busca identificar as qualidades de determinado fenômeno, e não seus aspectos



meramente quantitativos; mas não pode ser confundido com um modelo único de pesquisa para todas as ciências, exatamente por ocupar-se de fenômenos costumeiramente caros às Ciências Sociais, deverá ser adequado à metodologia própria daquela determinada área de conhecimento.

Já a Pesquisa Quantitativa prende-se àquilo que pode ser quantificado como, por exemplo, uma parte ou a totalidade de uma determinada população. Ao contrário da pesquisa qualitativa, que se caracteriza pela subjetividade, esta abordagem está centrada na objetividade, recorrendo com isso à linguagem matemática para a demonstração das causas, do desenvolvimento e dos resultados de um determinado fenômeno.

Mas é preciso ressaltar que uma postura não exclui, necessariamente, a outra; ou seja, é possível utilizar conjuntamente elementos de pesquisa qualitativa e quantitativa.

Outra forma de distinguir os elementos gerais da metodologia da pesquisa científica é quanto à sua **natureza da pesquisa**, que pode ser Pesquisa Básica ou Pesquisa Aplicada.

A Pesquisa Básica se dedica à produção de conhecimentos novos, contribuindo com isso para o avanço científico mas, não necessariamente, tecnológico, uma vez que não se compromete com a aplicação prática do conhecimento produzido.

Já Pesquisa Aplicada tem como objetivo a aplicação prática dos conhecimentos produzidos ou sistematizados pela pesquisa, focando seus esforços na solução de problemas específicos.

Com relação aos **objetivos na pesquisa**, a classificação mais aceita é aquela que prevê três categorias de pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Descritiva e Pesquisa Explicativa.

A Pesquisa Exploratória almeja não propriamente a resolução de um problema, mas torna-lo mais explícito ou familiar, construindo hipóteses explicativas para ele. Envolve as seguintes etapas: 1º levantamento bibliográfico; 2º tomada de entrevistas com aqueles que lidaram / experimentaram o problema pesquisado; e 3º análise de elementos que ajudem na compreensão do problema.

A Pesquisa Descritiva, como sua designação indica, pretende descrever fenômenos de uma determinada realidade. Para as Ciências Sociais e Humanidades trata-se de um objetivo bastante questionável uma vez que desta postura escapa qualquer possibilidade de análise crítica das informações e os resultados podem ser contaminados pela intencionalidade dos documentos à disposição do pesquisador, que acabaria, com a mera descrição, sendo “convencido” pelas fontes.

Já a Pesquisa Explicativa tem o objetivo de identificar os fatores que causam ou que contribuem para a causalidade dos fenômenos, explicando-lhe em suas conclusões.

Na seara da pesquisa em Ciências Sociais e em Humanidades, a composição ideal é a de uma etapa descritiva seguida de um esforço explicativo, uma vez que só se pode explicar cientificamente um fenômeno que tenha sido, previamente, descrito.

No que se refere aos métodos como, propriamente, **procedimentos de pesquisa**, estes deverão corresponder às características da pesquisa, e desdobram-se em uma série de possibilidades como, por exemplo:



A Pesquisa Experimental que conjuga a coleta de dados e sua submissão a testes empíricos destinados a validar um conjunto de hipóteses. Pode ser desenvolvida em laboratório ou em campo.

A Pesquisa Bibliográfica consiste no levantamento de dados, sistematização de análises já feitas sobre um determinado fenômeno e pressupostos teóricos publicados por meios escritos e eletrônicos, em livros, artigos científicos e outros suportes textuais. Toda e qualquer pesquisa científica deve se iniciar com uma rigorosa pesquisa bibliográfica para que o aluno conheça o que já fora produzido sobre o seu tema de interesse. Mas, como já fora dito, há pesquisas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, não como uma etapa apenas mas como mote central da análise, o que é plenamente válido.

A Pesquisa Documental restringe-se a documentos escritos mas, sendo necessário, distingui-los do que consiste bibliografia. Tratam-se de papéis oficiais, correspondências, relatórios etc.

A Pesquisa de Campo se dá à coleta de dados “em campo”, costumeiramente onde um determinado fenômeno acontece.

A Pesquisa Ex-Post-Facto se dedica a compreender eventuais relações entre as causas e consequências de um determinado fenômeno e outro que venha a ocorrer posteriormente.

A Pesquisa de Levantamento se presta a identificação de informações imprescindíveis sobre uma amostra (uma parte) ou uma população (o todo); é o que chamamos de “censo”. A coleta dos dados se vale de instrumentos como questionários e entrevistas.

A Pesquisa com Survey é a coleta de dados em que aquele que responde a formulários ou entrevistas não é identificado, caso típico das “pesquisas de opinião”.

O Estudo de Caso se debruça sobre uma ocorrência particular em um ambiente bem definido (um indivíduo, um determinado grupo, uma instituição etc.), buscando compreender o que ela guarda de único.

A Pesquisa Participante envolve a interação do pesquisador com o grupo que está sendo pesquisado, a fim de serem identificados seus padrões comportamentais, códigos ético-morais, sistemas culturais etc.

A Pesquisa-Ação dedica-se à análise de uma determinada ação, acompanhada pelo pesquisador durante o seu desenvolvimento, e a resolução de um determinado problema coletivo.

A Pesquisa Etnográfica estudo de um determinado grupo social envolvendo as seguintes características: 1º uso da observação participante e de outros procedimentos como entrevistas e análise de documentos; 2º ênfase no processo de pesquisa e não, necessariamente, nos resultados finais; 3º o entendimento dos indivíduos pesquisados sobre suas próprias experiências deve se impor ao mero entendimento do pesquisador.

A Pesquisa Etnometodológica visa o entendimento dos processos pelos quais as coletividades humanas constroem sua própria percepção sobre a realidade social em suas práticas cotidianas. Está focada, portanto na análise das ações dos sujeitos na vida cotidiana para a compreensão de como esses grupos constroem a compreensão sobre si mesmos, dando determinados sentidos à sua própria. É algo muitíssimo diferente de o pesquisador compreender um determinado grupo a partir de suas práticas; é compreender como os sujeitos compreendem a si mesmos.



Explicitados todos estes elementos constitutivos de uma metodologia da pesquisa científica, vejamos agora como se estabelecem os **métodos de análise da pesquisa histórica**.

Já sabemos, de início, que o que determina o método, na pesquisa histórica, é a natureza das fontes. Por exemplo, a escolha de filmes como fontes, prescinde do recurso metodológico da “análise fílmica”, campo já muito bem estruturado na pesquisa histórica; a escolha de fotografias, por sua vez, demanda o uso de metodologia de análise iconográfica, igualmente consolidado; o trabalho com fonte oral aponta para a necessidade do recurso ao método da “história oral”. Quando as fontes são bibliográficas, como nos casos descritos no item “fontes”, utiliza-se o recurso da “revisão bibliográfica” como método de análise, desde que haja mais de um escrito o que validaria o esforço para a revisão da bibliografia de um autor, de mais de um autor, de uma tradição de autores ou de mais de uma tradição. Cada um destes campos metodológicos detém uma vasta bibliografia que indica “como estudar” as fontes.

Questione o professor-orientador sobre essa bibliografia básica para aspectos metodológicos que precisam ser definidos para a elaboração da pesquisa científica.

É importante frisar que deve haver coerência entre o tema, o problema e as fontes. Por exemplo, não se pode escolher um filme dos anos 1990, sobre a Primeira Guerra Mundial, para responder à pergunta sobre “a participação da arma aérea na Grande Guerra”, isso porque o filme pode apenas revelar “como a participação da arma aérea foi representada pelo cinema”, e não como essa participação realmente ocorreu, o que não impede de ser trabalhado o campo das representações, neste caso, por meio da análise fílmica.

Também é importante reforçar a necessidade de evitar uma confusão que não raras vezes ocorre entre fontes bibliográficas e bibliografia. Oras, todo trabalho de pesquisa prescinde de uma bibliografia, que servirá para embasar a contextualização histórica do trabalho ou mesmo que tenha já se debruçado sobre o mesmo problema de pesquisa ou tratado das mesmas fontes. Logo, se o trabalho é o de análise de um filme, como fonte, sobre a Grande Guerra, é necessária uma bibliografia básica sobre o período da Grande Guerra, da metodologia de análise fílmica e do que mais interessar.

Mas suponhamos que ao invés do filme tivéssemos a obra de um ou mais autores sobre a Grande Guerra, ou seja, que ao invés do problema “como o cinema representou a Grande Guerra?” tivéssemos “como os autores Fulano e Ciclano caracterizaram a Grande Guerra em sua obra?” Nesse caso, a obra de Fulano e Ciclano são fontes bibliográficas e não podem ser confundidas como mera bibliografia, que deve de igual forma ser elaborada. Ou seja, a obra de Fulano e Ciclano ocuparão o “primeiro plano” ou “espaço central” do trabalho, enquanto a bibliografia mais ampla sobre o tema servirá para a composição do seu “pano de fundo” ou “paisagem”, servindo à contextualização do período e mesmo da obra de Fulano e Ciclano.

Sobre os aspectos ainda metodológicos, muitos dos problemas verificados nos trabalhos desenvolvidos nestas disciplinas referem-se ao mau uso de fontes de natureza artística como, por exemplo, o cinema, o teatro, a música, a pintura, a fotografia, as histórias em quadrinhos, as novelas da literatura, as poesias etc. Isso porque, como representações artísticas, seus criadores são portadores de uma dada “licença poética” que descompromete sua criação de espelhar a realidade a que se refere a obra. Ou seja, as criações artísticas, em maior ou menor grau, sempre representam uma dada realidade, sendo portanto,



representações do real e não transcrições da realidade. Como isso, ao serem estudadas, servem estas fontes para esclarecer como a realidade, a partir daquela linguagem, foi representada, e não como a realidade é. Por exemplo, a obra “Guerra e paz”, de Tolstói, jamais servirá de fonte para a análise das incursões napoleônicas sobre o Império Russo; mas pode subsidiar uma análise sobre como as campanhas napoleônicas na Rússia foram representadas na obra de Tolstói; ou seja, pode a análise da obra revelar uma visão de mundo não apenas expressa pelo autor, mas que pode ter sido vigente à sua época e naquela dada realidade. O mesmo vale para filmes, séries de televisão, pinturas, fotografias etc.

Embasamento teórico:

A esta altura, é preciso destacar que apesar de o pesquisador possuir suas convicções e opiniões, ter uma posição política e ideológica, toda a sua argumentação no decurso da pesquisa deve estar alicerçada em fundamentos teóricos e conceituais, e não em “achismos”, suposições, convicções pessoais ou opiniões.

Mas como, efetivamente, definir a correta base teórica para um trabalho de pesquisa? Começamos identificando com quais conceitos o aluno está operando em seu trabalho de pesquisa.

Por exemplo, se o tema da pesquisa é: “as representações da violência de gênero na sociedade chinesa na literatura de Xinran e Jung Chang” (trabalho da aluna Beatriz Almeida Oliveira), é preciso apresentar uma clara definição do conceito de “gênero” que será utilizado no estudo, sendo para isso escolhido o seguinte referencial: AGUIAR, N. *Gênero e Ciências Humanas*, entre outros.

Em outro exemplo, sendo o trabalho dedicado à análise da violência policial cometida contra a população LGBT em “Stonewall”, considerado o “marco zero” da luta LGBT e de autoria do aluno Richard Campos Costa, notadamente a pesquisa lida com o fenômeno da violência homofóbica e como diferentes sociedades definiram, em suas morais dominantes, valores distintos para sexualidades e identidades diversas; assim sendo, a base teórica escolhida pelo aluno foi a de FOUCAULT, M. *História da sexualidade*.

Já no trabalho que levou o título de “Integração da sociedade turca no Brasil: a construção das redes de solidariedade do movimento Hizmet” (trabalho dos alunos Ahmet Sehne e Valentina Nunes), o fenômeno da migração internacional turca para o Brasil, para sua análise, prescinde de uma clara definição conceitual que fora obtida a partir do seguinte embasamento teórico: PATARRA, N. L. *Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais*, bem como em SAYAD, A. *A migração e os paradoxos da alteridade*.

No trabalho “A garça e o urubu de seda: o caribó no meio internacional travestido de intelectual” (trabalho da aluna Ana Beatriz Viana Luz), os conceitos de arte e cultura populares e de massa foram obtidos da obra de BENJAMIN, W. *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*.

Enquanto na pesquisa cujo título é “A ideologia por trás da cultura popular: uma análise iconográfica da Segunda Guerra Mundial por meio das representações presentes nas histórias em quadrinhos do Capitão América” (dos alunos Leonardo Adejandre e Lucas Espindola), o conceito de ideologia pôde ser obtido da obra de THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*.



Ou seja, é importante que o aluno identifique, antes de mais nada, quais são os conceitos centrais com os quais trabalhará em sua pesquisa (hegemonia, imperialismo, cultura de massa, ideologia, classes sociais, guerra civil, terrorismo, violência de gênero, genocídio etc.), para então buscar o adequado referencial teórico que dará a estes conceitos a devida sustentação.

Estrutura do artigo:

O artigo deve ser estruturado em três partes: começo, meio e fim, nomeados, respectivamente, de introdução, desenvolvimento e conclusões.

Introdução:

Ao contrário do que vemos em redações, romances e tipos diversos de textos de divulgação cultural, a introdução, no trabalho científico, não é o espaço reservado para o “início de uma história”; na introdução espera-se que o autor apresente os termos da pesquisa, ou seja, do que ela tratará e como tratará.

Logo, na introdução, o autor deve apresentar ao leitor, na forma de texto fluido e jamais dividido por tópicos, com coesão textual e uma boa estrutura argumentativa, de início, o tema da pesquisa. Não se trata de em apenas uma frase dizer qual é o tema, mas de introduzir o leitor a ele, explicando-lhe do que se trata.

Esta narrativa deve culminar na explicitação do problema de pesquisa que pode ocupar, agora sim, um parágrafo apenas e ser elaborado mesmo em forma de pergunta.

Apresentados tema e problema, é importante que o autor passe a dizer das justificativas que informam a necessidade da pesquisa e em dois sentidos: acadêmico e social.

Para serem elaboradas as justificativas acadêmicas é imprescindível dizer se: há estudos anteriores sobre o tema? Havendo, é preciso identificar quem são os principais autores, respectivas obras e tradições que se ocuparam do tema, bem como verificar se tratam dele em sua totalidade ou deixam aspectos determinados sem tratamento? A partir daí se produz uma justificativa acadêmica.

Quanto à justificativa social, implica dizer o que a sociedade tem a ganhar com o conhecimento que pretende o autor produzir ou sistematizar, explicitando a relevância da pesquisa para as sociedades do tempo presente. Trata-se de um elemento de tão fundamental importância que por vezes a própria escolha do tema e do problema de pesquisa devem partir da identificação de graves problemas sociais do tempo presente como, por exemplo, os fenômenos do racismo, da violência misógena e machista, da homofobia, da xenofobia, do ódio de classes etc.

Dadas as justificativas, é o momento de o autor informar quais são as suas fontes e onde as obteve, descrevendo-as minuciosamente.

Dito o que será estudado, deverá o autor explicar, na sequência, “como será estudado”, ou seja, é tempo de apresentar os referenciais metodológicos com os quais procederá a análise crítica das fontes, não apenas dizendo qual a metodologia, mas explicando-a, incluso declinando os procedimentos metodológicos que foram realizados e dando referências aos autores que propuseram tais procedimentos.

Com relação aos conceitos-chave que serão utilizados no trabalho, conforme explicado em seção anterior, devem ser apresentados os referenciais teóricos de onde provêm os



conceitos a serem manuseados. Corroborando o que já fora explicado anteriormente, um trabalho que verse sobre a violência de gênero numa determinada realidade, deve declinar o corpo teórico de onde tirou o conceito de gênero, como, por exemplo, Simone de Beauvoir; um trabalho que analise o fenômeno da alienação em uma determinada sociedade, deve dizer com qual conceito de alienação está trabalhando, apontando como referência teórica, por exemplo, Karl Marx; ou uma análise sobre um determinado genocídio, deve informar com que conceito de genocídio está trabalhando, sendo uma possibilidade de referência teórica o próprio criador do conceito, Raphael Lenkim.

Por fim, a introdução deve apresentar ao leitor a estrutura que o autor utilizou para organizar o texto, ou seja, em quantas sessões e quais sessões será dividido o seu desenvolvimento e do que cada uma delas tratará.

Desenvolvimento:

É o espaço propriamente destinado à análise crítica das fontes, sugerindo-se vivamente dividi-lo em sessões que devem levar o título a que se referem (sendo, portanto, subtítulos). Não devem ser essas sessões numeradas, tampouco separadas umas das outras por nova lauda (folha); mas apenas pelo espaço de uma linha antes e depois do subtítulo.

Conclusões:

É dedicada exclusivamente à síntese conclusiva da pesquisa, baseada no texto, ou seja, todo o conteúdo da conclusão já estava presente nos argumentos do texto, pelo menos implicitamente, sem que se possa inserir neste espaço quaisquer dados novos.

Não convém, por exemplo, citar literalmente autores nas conclusões ou mesmo dispor de gráficos e tabelas que estejam ausentes do desenvolvimento; senão produzir uma síntese que permita, de forma clara e objetiva, responder a pergunta elaborada na introdução.

Contudo, ainda que devam ser elaboradas como síntese, as conclusões não podem se limitar a apenas um ou dois parágrafos; é preciso desenvolvê-las argumentativamente e de forma muito bem fundamentada pelas passagens do texto e raciocínios que ali devem ser recuperados.

Aspectos formais:

O artigo não deverá ter capa, folha de rosto e tampouco sumário.

O artigo deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos quanto a sua estrutura:

- **Título do Artigo:** em negrito e centralizado, separando-se por uma linha o título principal de um eventual título explicativo; com nota de rodapé explicativa informando tratar-se de “Trabalho de conclusão da disciplina de História das Relações Internacionais I – História Moderna, do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, elaborado durante o segundo semestre de 2017 e sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Medina Zagni”; ou, sendo o caso, “Trabalho de conclusão da disciplina de História das Relações Internacionais II – História Contemporânea, do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, elaborado durante o primeiro semestre de 2017 e sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Medina Zagni”.



-
- **Nome completo do autor:** em negrito e centralizado, logo abaixo do título e divisado dele pelo espaço de uma linha. Deve haver uma nota de rodapé explicativa onde será informada a formação acadêmica do autor nos seguintes termos: “Aluno do segundo termo do curso de curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo”, bem como outras eventuais titulações.
 - **Resumo:** de até 500 palavras em um único parágrafo. No resumo deve haver apenas uma apresentação breve do que será estudado e como será estudado.
 - **Palavras-chave:** 5 palavras (que podem ser compostas ou mesmo expressões que conjuguem mais de uma palavra).
 - **Abstract:** trata-se do resumo em inglês.
 - **Key words:** trata-se das palavras-chave em inglês.
 - **Introdução:** contendo as informações já explicitadas acima; contudo, não se deve inserir o subtítulo “Introdução”, bastando principiar o texto logo abaixo das “Key words”, espaçando-o por uma linha.
 - **Desenvolvimento:** não deve ser divisado da introdução pelo título “Desenvolvimento”, mas dividido em subtemas que devem ser grafados em negrito e recuados à esquerda, observando-se o espaço de uma linha antes e uma depois, não devendo ser numerados. Logo, entre a introdução e o início do desenvolvimento deve haver já o subtítulo referente à primeira subseção do trabalho.
 - **Conclusões:** nos termos aqui já explicitados, deve ter início com o título “Conclusões”, ou “Considerações finais”, em negrito e recuado à esquerda.
 - **Bibliografia:** Deverá ser organizada em ordem alfabética e seguir os seguintes padrões:
 - **Para livros:**
Sobrenome do autor (em letras maiúsculas), nome do autor. Título (em itálico): subtítulo. Local de publicação: editora, ano de publicação.
Exemplo: BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
 - **Para livros escritos por vários autores em que um ou mais deles são organizadores:**
Sobrenome do autor (em letras maiúsculas), nome do autor (inscreve-se a sigla “Org.”, de organizador ou “Ed.” de editor). Título (em itálico): subtítulo. Local de publicação: editora, ano de publicação.
Exemplo: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.



- Para capítulos de livros escritos em obra na qual figuram diversos autores, havendo um ou mais organizadores:

Sobrenome do autor do capítulo (em letras maiúsculas), nome do autor do capítulo; entre aspas o título do capítulo; a inscrição “in” seguida de dois pontos; sobrenome do organizador ou editor do livro (em letras maiúsculas), nome do organizador ou editor do livro (inscreve-se a sigla “Org.”, de organizador, ou “Ed.” de editor). Título (em itálico): subtítulo. Local de publicação: editora, ano de publicação.

Exemplo: REYMOND, Jacques; “Teoria e História”; in: DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

- Para artigos em revistas acadêmicas e anais de eventos acadêmicos:

Sobrenome do autor do artigo (em letras maiúsculas), nome do autor do artigo; entre aspas o título do artigo; em itálico o nome da revista ou dos anais de evento científico, descrição da filiação institucional da publicação. Local da publicação, volume, número, mês. Ano.

Exemplo: ZAGNI, Rodrigo Medina; “A Era Joanina em Portugal: Paradigmas e contradições do absolutismo de Dom João V, da Guerra de sucessão em Espanha ao Tratado de Madri”; *Jus Humanum* – Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Univ. Cruzeiro do Sul. São Paulo, Vol. 1, n° 1, Jul./Nov. 2011.

Há também indicações de como elaborar referências para citações de filmes, músicas etc.; para tais, recomenda-se o uso do manual de SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

Apresentações gráficas:

O artigo deve ser padronizado de acordo com as seguintes apresentações gráficas:

- Folha A4.
- Texto de alinhamento justificado.
- Digitado na cor preta (com exceção das ilustrações que podem ser coloridas).
- Fonte Times New Roman, tamanho 12 (usar tamanho 10 para: legenda de figuras e/ou tabelas e gráficos, notas de rodapé e citações diretas com mais de 3 linhas).
- Espaço entrelinhas de 1,5. O espaço simples deve ser usado em: citações diretas de mais de três linhas, notas de rodapé, referências bibliográficas no final do trabalho (entre as referências é mantido o espaçamento de 1,5), legendas de ilustrações e tabelas.
- Recuo de 1,25 cm na 1ª linha de cada parágrafo. EXCETO: Citações diretas com mais de 3 linhas, que devem ter recuo de 4 cm à esquerda.
- Paginação: a numeração é colocada a partir da 1ª página da parte textual, posicionada no canto direito da folha a 2 cm da borda inferior, alinhado à margem direita.
- No mínimo 15 páginas de artigo, sem contar a bibliografia.

Além disso, ao longo do texto, o aluno pode e deve fazer uso das Notas de Rodapé para informar referências bibliográficas de citações diretas (quando um trecho de texto de



outro autor é copiado integralmente) ou indiretas (quando ideias de outro autor são reproduzidas sem que o texto originário seja copiado).

As notas de rodapé poderão conter referências bibliográficas de citações diretas ou indiretas, mas também poderão se explicativas, caso em que uma informação adicional ao texto principal deva ser inserida. As notas de rodapé deverão ser numeradas com números sequenciais em caracteres arábicos (1, 2, 3, 4 etc.). No editor de textos “Word for Windows”, a nota de rodapé é inserida por meio da aba “referências”, em seguida “Notas de Rodapé”, em seguida, “Inserir”.

Notas bibliográficas deverão seguir os seguintes padrões:

- Para livros:
Sobrenome do autor (em letras maiúsculas), nome do autor. Título (em itálico): subtítulo. Local de publicação: editora, ano de publicação.
Exemplo: BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- Para livros escritos por vários autores em que um ou mais deles são organizadores:
Sobrenome do autor (em letras maiúsculas), nome do autor (inscreve-se a sigla “Org.”, de organizador ou “Ed.” de editor). Título (em itálico): subtítulo. Local de publicação: editora, ano de publicação.
Exemplo: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- Para capítulos de livros escritos em obra na qual figuram diversos autores, havendo um ou mais organizadores:
Sobrenome do autor do capítulo (em letras maiúsculas), nome do autor do capítulo; entre aspas o título do capítulo; a inscrição “in” seguida de dois pontos; sobrenome do organizador ou editor do livro (em letras maiúsculas), nome do organizador ou editor do livro (inscreve-se a sigla “Org.”, de organizador, ou “Ed.” de editor). Título (em itálico): subtítulo. Local de publicação: editora, ano de publicação.
Exemplo: REYMOND, Jacques; “Teoria e História”; in: DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- Para artigos em revistas acadêmicas e anais de eventos acadêmicos:
Sobrenome do autor do artigo (em letras maiúsculas), nome do autor do artigo; entre aspas o título do artigo; em itálico o nome da revista ou dos anais de evento científico, descrição da filiação institucional da publicação. Local da publicação, volume, número, mês. Ano.
Exemplo: ZAGNI, Rodrigo Medina; “A Era Joanina em Portugal: Paradigmas e contradições do absolutismo de Dom João V, da Guerra de sucessão em Espanha ao Tratado de Madri”; *Jus Humanum – Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Univ. Cruzeiro do Sul*. São Paulo, Vol. 1, nº 1, Jul./Nov. 2011.



-
- Há também indicações de como elaborar referências para citações de filmes, músicas etc.; para tais, recomenda-se o uso do manual de SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.
 - Quando uma nota de rodapé é idêntica à nota imediatamente anterior (podendo diferir o número da página, por exemplo), usa-se a forma: "Ibid.", como, por exemplo: Ibid. p. 93.
 - Quando uma nota de rodapé é idêntica a outra nota referida anteriormente (não a nota imediatamente anterior, podendo diferir o número da página), usa-se a forma: "Op. Cit.", como no exemplo: CHESNAIS, François. *Op. Cit.* p. 56.
 - Citações diretas, se tiverem menos de 3 linhas, devem ser destacadas apenas pelo uso das aspas " " .
 - Citações diretas com mais de 3 linhas, destacam- se pelos seguintes aspectos:
 - Fonte 10.
 - Espaçamento simples.
 - Recuo de 4 centímetros à esquerda.
 - Pulando-se uma linha antes e depois do final da citação.
 - Não devem ser utilizadas aspas ou itálico em citações diretas com mais de 3 linhas.
 - Em citações diretas, quando se inicia um texto suprimindo-se parte da argumentação do autor, usam-se três pontos antes da citação. Ex.: ...
Já quando se suprime parte da argumentação no final da citação, os três pontos deverão encerrar a citação.
Quando se suprime argumentação ao longo do texto, e apenas neste caso, os três pontos deverão aparecer entre parênteses. Ex.: (...) Exemplo:

... o imperialismo surgiu como o desenvolvimento e a continuação direta das características fundamentais do capitalismo. (...) O capitalismo se converteu em imperialismo somente ao alcançar um grau muito alto e definido de seu desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a converter-se em seus contrários ...

Boa atividade a todos!